

# Sarney pode propor eleição geral se não tiver maioria

Janio de Freitas

## Os de fora dentro da crise

Está pronta para ser comunicada oficialmente ao Brasil na semana que vem — em princípio, na terça-feira — uma decisão externa capaz de produzir efeitos agudos sobre o governo Sarney, a economia brasileira e a Constituinte: é a represália dos Estados Unidos às restrições brasileiras à importação de seus produtos da área de computação, a chamada "reserva de mercado da informática" praticada pelo Brasil.

Três itens expressivos na pauta de exportações brasileiras serão atingidos por imediatas restrições à sua entrada nos Estados Unidos. São o aço, os calçados e os sucos (alguns exportadores de sucos foram ontem advertidos das dificuldades que os esperam nos próximos dias).

A retaliação americana terá no plano político pelo menos um efeito imediato, qual seja o de atrair para si boa parte da atenção que o presidente Sarney tem concentrado em sua atual manobra política. Sendo a "reserva de mercado" defendida publicamente por civis mas, na verdade, imposta e mantida pelos militares, logo se compreende que as implicações da atitude americana são bem mais profundas do que seu significado negativo na política econômica, pela queda das exportações e os reflexos na renegociação da dívida externa.

Embora seja discutível a inclusão da "reserva de mercado da informática" entre os temas da Constituinte, por se tratar mais de um aspecto de política industrial do que de tema constitucional, os militares têm agido para vê-la assegurada pela nova Constituição. O que levou à tantas previsões de que os constituintes que a defendem, alguns por convicção e muitos mais por prestação de serviços, colheriam aí uma vitória. Afinal, exceto o acesso dos cidadãos às suas fichas nos serviços de informação e de polícia, todos os pontos de interesse dos militares têm sido privilegiados na Constituinte. Sem resistência significativa.

É imprevisível o potencial de alteração deste quadro contido na concretização da represália americana. Mas os efeitos da medida sobre setores dotados de forte poder econômico e, portanto, político, tende a suscitar logo na Constituinte o surgimento de resistências sólidas ao grupo favorável à "reserva de mercado". Com um debate que, se pegar, e nem precisa ser muito, vai favorecer os dirigentes do PMDB e do PFL necessitados de um certo desafio, para definir forças e posições ante o assédio de Sarney.

### Outra reserva

A ordem do presidente Sarney para que fosse sustada a coleta, por seus comandados no Congresso, de assinaturas ao "documento-compromisso", antecedido, foi por ele explicada como fruto da "preocupação em não dividir o PMDB, nem criar dificuldades para Ulysses Guimarães". O roteiro dos fatos conduz a outra explicação.

A proposta de carta branca não entusiasma nem ao setor do PMDB, o direitista Centro Democrático, do qual era esperada pronta adesão. O líder desta ala, deputado Expedito Machado, convocou uma reunião que deveria ter o comparecimento de "umas duas centenas". Perdado seu exagero, compareceram pouco mais de duas dezenas. Era o sintoma de uma realidade ainda mais ampla e logo transmitida ao presidente. Daí a ordem para sustar a coleta de assinaturas, que só serviria para desgastar a proposta de "compromisso" com a evidência das reduzidas adesões.

Ficam para uso em melhor oportunidade, pelo Planalto, as notícias festivas que iam comunicar ao país o grande apoio de parlamentares à carta branca para o presidente. Os parlamentares estão fazendo "reserva de mercado" dos seus poderes.

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney guarda na manga uma poderosa bomba para forçar os constituintes a aderirem ao novo pacto político por ele proposto na quarta-feira última: a pelo menos dois ministros (um civil e um militar), o presidente disse que, se não conseguir obter a maioria que deseja no Congresso constituinte, propõe a convocação de eleições gerais no dia 15 de novembro de 1988, envolvendo os mandatos dele próprio, dos senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais.

Essa informação começou a circular ontem pelos corredores do Congresso Nacional e é levada a sério por alguns parlamentares. A Folha apurou que a ameaça é, ao menos por enquanto, uma tentativa de dobrar os constituintes recalcitrantes.

É óbvio que uma proposta como essa seria recebida com simpatia pela opinião pública. Sintomaticamente, o matutino "O Globo" publicou, no último fim-de-semana, pesquisa do Instituto Gallup que mostra firme maioria a favor de eleições gerais em 1988, lançando no noticiário um tema que não estava, até então, na agenda política. É igualmente óbvio que os constituintes (e também os governadores e deputados estaduais) não têm, salvo exceções

## Presidente diz que não quer 'atropelar' partidos

Da Redação da Folha

O presidente José Sarney disse em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido ontem a partir das 6h em cadeia nacional de rádio, que nessa nova etapa de governo não quer "atropelar os partidos políticos", e submeteu aos presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marco Maciel, um programa mínimo para consolidar a transição, porque quer a colaboração dos partidos na solução dos problemas nacionais.

"O que eu quero é trabalhar em paz, sem peias, voltado para resolver os problemas do Brasil, e não me ver

preso diariamente a questões menores que prejudicam o meu tempo", disse Sarney, enfatizando que seu tempo "deve ser todo dedicado em favor e em benefício dos grandes e maiores problemas nacionais".

O presidente Sarney também comentou o lançamento do foguete de pesquisas Sonda-4, ocorrido anteontem na Barreira do Inferno (RN), definindo-o como uma "grande conquista tecnológica", além de falar sobre o acidente com o césio-137, em Goiânia, onde acredita que "todas as providências estão sendo tomadas para solucionar o problema, e os responsáveis pelo acidente serão punidos".

isoladas, a mais remota intenção de voltar a disputar eleições no ano que vem, depois do duro (e caro) teste que foi a eleição de 86.

A proposta de Sarney, portanto, colocaria os constituintes contra a parede. Mas ainda: ficariam impressos os parlamentares do PMDB e do PFL, na medida em que, na avaliação do Planalto, eleições gerais dariam a vitória para a esquerda, em face do nítido desgaste

dos dois partidos que até há pouco compunham a coligação governamental.

### Último recurso

Mas os estrategistas palacianos guardam essa arma apenas como último recurso. Continuam confiantes na possibilidade de que o governo forme, com certa rapidez, a maioria estável desejada pelo presidente. Dispõem-se, até, a trabalhar, no

# Sarney adia reforma para a próxima semana

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 57, vai passar o fim-de-semana no sítio de São José do Pericumã, fazendo uma "análise dos estudos" que recebeu para realizar a "reforma administrativa" no seu governo, e "deve trabalhar já no início da próxima semana e tomar decisões" sobre o assunto. Esta é a posição oficial do Palácio do Planalto sobre a reforma ministerial, que seria deflagrada ontem, transmitida pelo porta-voz da Presidência, jornalista Frota Neto.

O porta-voz disse que Sarney "poderia ter tomado hoje (ontem) alguma medida, como nós havíamos admitido que ele iria tomar". Segundo Frota Neto, entretanto, o presi-

dente "considerou a profundidade, a repercussão e a importância" do assunto, e "resolveu então trabalhar intensamente no fim-de-semana em cima das propostas que foram a ele apresentadas".

Sobre a possibilidade do adiamento do início da reforma ter acontecido por falta de apoio ao documento-compromisso divulgado por Sarney na quarta-feira, o porta-voz disse que até agora o presidente recebeu pelo menos cem "manifestações parlamentares, congressuais, formais, de adesão", além de mensagens de pelo menos três governadores do PMDB — Orestes Quércia (SP), Newton Cardoso (MG) e Álvaro Dias (PR). Frota Neto disse também que o presidente não está "estimulando"

assinaturas, mas também "não pode rejeitar nenhuma solidariedade".

### Cronograma próprio

O porta-voz reafirmou que "não existe nenhuma alteração nas intenções e nos propósitos do presidente". Segundo ele, Sarney está cada vez mais convencido da necessidade de implementar os pontos definidos no seu documento, quanto ao programa de governo. Frota Neto, disse, porém, que Sarney tem "um cronograma próprio, que não sofre outras influências". Para o porta-voz, é "mais que provável" que a reforma da "máquina administrativa" esteja encaminhada quando Sarney viajar a Caracas, na quinta-feira.

primeiro momento, com minoria, na certeza de que o quadro será rapidamente revertido. Para isso, confiam na capacidade de articulação política do presidente, de um lado, e no poder de cooptação que o governo central tem, em um universo político muito caracterizado pelo fisiologismo.

Carlos Sant'Anna (BA), líder do governo na Câmara, disse ontem à Folha que tem certeza de que, só no PMDB, cerca de 250 constituintes ficarão com o presidente. Essa conta inclui, como é óbvio, quase todo o partido, cuja bancada é de 304 constituintes. Sant'Anna só excluiu o "Movimento de Unidade Progressista" (MUP), a ala esquerda, já rompida com o governo.

Se, entretanto, essas contas não coincidirem com a realidade e o presidente não conseguir, nos demais partidos, compensar as defecções já previstas tanto no PMDB como no PFL, será então acionada a carta das eleições gerais. Já há, na Constituinte, aliás, quatro propostas de emendas prevendo eleições em todos os níveis no ano que vem.

O problema da operação é que, se o presidente não conseguir fechar rapidamente a sua maioria, a deterioração do quadro político será tamanha que a proposta de eleições gerais pode acabar passando como tentativa de solução para a crise.

## Alves diz que presidente espera Executiva do PMDB

Da Sucursal de Brasília

O ministro Aluizio Alves, da Administração, disse ontem que o presidente José Sarney afirmou que vai esperar uma definição dos partidos a curto prazo para fazer a reforma ministerial: "Pelo menos até quarta-feira, quando a Executiva Nacional do PMDB realiza sua convenção". A conversa entre o presidente e o ministro aconteceu durante viagem de retorno a Brasília. Ambos vinham de Natal (RN) e, durante o voo, segundo o ministro, não se falou em reforma ministerial.

Ontem, os ministros envolvidos nas informações em torno de mudanças na máquina administrativa federal despacharam normalmente. "A reforma ministerial é coisa da Folha, do Otávio Frias", disse o ministro Aluizio Alves. "Eu vou cuidar da minha vida", declarou Roberto Santos, da Saúde.

Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, passou a manhã reunido com presidentes de autarquias ligadas a sua pasta. Na saída, ele não quis dar declarações à imprensa. Segundo um assessor muito próximo de Raphael, ele não pretende entregar o cargo tão facilmente: "Se cair, vou cair atirando", teria dito o ministro. Segundo esta versão, a

maior arma de defesa do titular da Previdência seria seu próprio partido, o PMDB.

Aluizio Alves acredita que algum tipo de mudança efetiva só deverá ocorrer mesmo depois da viagem que Sarney fará na próxima quinta-feira para Venezuela. "Quando retornar, Sarney reavaliará sua base política, e aí fará as reformulações administrativas. O que não significa, necessariamente, uma reforma", disse Aluizio.

Ele declarou que está em andamento uma reforma administrativa que prevê a fusão, extinção e substituição de órgãos. Mas descartou que, por enquanto, estas mudanças possam atingir seu ministério, fundindo-o com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Mas fez ressalvas: "Esta decisão é do presidente e até agora ela não está dada". O ministro Roberto Santos acredita que esteja havendo um equívoco de informação nesta questão: "Acredito que não se esteja pensando em fusão de ministério, e sim, na articulação de áreas compatíveis", declarou. Terça-feira, ele fez seu último despacho com o presidente. Sarney, disse, "nunca me falou em exoneração ou fusão de ministério".

## Em 1900, país tinha seis pastas

Da Redação da Folha

O governo José Sarney mantém a maior equipe ministerial da história do país. São 27 pastas — uma estrutura idealizada por Tancredo Neves (com exceção do Ministério da Irrigação, criado por Sarney, que agora recorre à ameaça de diminuição como arma de pressão política). Ao longo da história, o quadro administrativo federal já foi muito menor. No início do século, eram apenas seis pastas. A partir do Movimento de 64, principalmente, é que a estrutura administrativa teve grande expansão.

O governo do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), o primeiro da República, tinha oito ministérios: Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Fazenda; Guerra; Instrução Pública, Correios e Telégrafos; Interior; Justiça; Marinha; e Relações Exteriores. No entanto, foi de 1894 a 1909 (governos Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena) que o país teve sua

menor estrutura ministerial, com seis pastas: Fazenda; Guerra; Indústria, Viação e Obras Públicas; Justiça e Negócios Interiores; Marinha; e Relações Exteriores. Em 1909, o governo Nilo Peçanha criou um sétimo ministério (Agricultura, Indústria e Comércio). Getúlio Vargas aumentou o quadro para dez ministérios em seu primeiro governo (1930-1945) e para onze no seu segundo governo (1946-1954).

A partir da década de 60, o número de órgãos vem aumentando de governo a governo: doze ministérios na administração Jânio Quadros, quinze na João Goulart, dezessete na Castelo Branco, dezoito na Costa e Silva, 21 na Ernesto Geisel, 23 na João Baptista Figueiredo, e 27 no atual governo. Também a partir de partir do Movimento de 64 surgiram e se multiplicaram ministérios chamados de "extraordinários", como os da Administração e Irrigação (atual governo) e da Desburocratização (governo Figueiredo).

## Vice-presidente da SBPC diz que fusão de ministérios é 'um absurdo'

Da Sucursal do Rio

O vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Enio Candoti, 45, disse ontem, no Rio, que é "um absurdo" a hipótese de fusão dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio. "Isto é fruto de uma visão distorcida, parcial e mesquinha, que não contempla o potencial da ciência e tecnologia como deve ser contemplado", afirmou.

Candoti afirmou que o Ministério da Ciência e Tecnologia foi "um dos poucos ministérios que deram certo

neste governo", acrescentando que "pela primeira vez, ciência e tecnologia estão sendo discutidos no país pensando-se em prazos longos, isto é, formação de recursos humanos para as próximas décadas, imaginando políticas para áreas em que nós estamos definindo a necessária competência, como biotecnologia, química fina e informática".

O ideal, na opinião de Candoti, seria a incorporação da Secretaria de Planejamento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, dentro da visão de que "a ciência é o princípio e o planejamento é o instrumento".

## Presidente se reúne com deputados e dá-se por satisfeito com adesões

Do enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney reuniu-se ontem pela manhã com seus dois principais operadores políticos no Congresso constituinte, os deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana (ambos do PMDB da Bahia). Os três deram-se por satisfeitos com as cerca de cem adesões ao novo pacto político proposto pelo presidente, chegadas até aquele momento, de diferentes partidos.

As cem adesões estão ainda muito longe do necessário (a maioria absoluta, no Congresso constituinte, é de 280 parlamentares), mas o governo imagina que elas continuarão chegando em ritmo crescente, inclusive e principalmente pela pressão dos governadores estaduais.

Não é essa, entretanto, a avaliação da cúpula do PMDB, que conseguiu frear a ação isolada do "Centro Democrático", ala conservadora do partido, e ainda obteve da grande maioria dos governadores, a decisão de não agir individualmente, mas esperar o resultado da reunião que terá, na quarta-feira, com a Executiva partidária.

### Divisões

Por enquanto, os governadores se dividem em três blocos: os que já estão apoiando o jogo do presidente, os que querem apoiar, mas via partido (a grande maioria), e um (Fernando Collor de Melo, de Alagoas), que é contra.

A estratégia do governo é a de usar essa maioria dos governadores favoráveis ao apoio, via partido, para

ADESÕES AO DOCUMENTO	
Deputados:	PFL — Alécio Dias (AC), Furtado Leite (CE), Luiz Marques (CE), Eraldo Tinoco (BA), Luiz Eduardo (BA), Angelo Magalhães (BA), Waldeck Ornelas (BA), Alberico Cordeiro (AL), Jonas Pinheiro (MT), Paulo Pimentel (PR), Sadie Hauache (AM), Iberê Ferreira (RN), Ricardo Izar (SP), Jofran Frejat (DF), Mozarildo Cavalcanti (RR) e Benito Gama (BA)
	PMDB — Ubiratam Aguiar (CE)
	PDS — Narciso Mendes (AC), José Luiz Maia (PI) e Francisco Diógenes (AC)
	PTB — Ottomar Pinto (RR)

obter a adesão institucional do PMDB. Uma frase do presidente Sarney, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", de ontem, é reveladora: "Eu não quero atropelar os partidos. Eu quero é que os partidos me ajudem para solução dos problemas nacionais".

Essa frase não foi ouvida pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que ontem desfechou uma ofensiva de coleta de assinaturas, em telegrama de apoio ao presidente. No início da tarde, o ministro tinha sobre a mesa as assinaturas de 34 constituintes (a grande maioria do PFL) no telegrama-padrão (o mesmo que o líder Carlos Sant'Anna distribuiu aos peemedebistas) e mais a promessa de apoio, por telefone, de seis outros.

Antônio Carlos garante que chegará rapidamente a noventa assinaturas ou aproximadamente dois terços da bancada pefelista, de 133 deputados e senadores, com o que consuma de vez o racha no PFL.

Já o líder na Câmara, José Lourenço, acusa o golpe representado pela coleta individual de assinaturas, contrariando a recomendação da Executiva pefelista tomada na véspera: agora, Lourenço diz que o partido não fechou questão contra a assinatura individual. O líder na Câmara foi o autor da proposta à Executiva, para que se rejeitasse o apoio individual, mas garante que essa posição sequer chegou a ser levada à votação.

O racha no PFL ajuda, em tese, o PMDB, se o partido resolver apoiar o presidente em bloco, descontada a inevitável deserção do Movimento de Unidade Progressista (MUP) — grupo da esquerda do PMDB. Em princípio, a hipótese de um governo predominantemente peemedebista é descartada em Palácio, mas com cautelas crescentes. Ontem, a Folha obteve junto a um dos operadores do presidente uma avaliação muito significativa: "O presidente não quer criar o menor constrangimento para o dr. Ulysses". (Clóvis Rossi)

# PMDB não acredita em reforma nos próximos dias

Da Sucursal de Brasília

No mesmo dia em que porta-vozes do Palácio do Planalto davam como iminente o início da reforma ministerial, a cúpula do PMDB, aparentemente tranquila ontem, simplesmente não acreditava nesta hipótese. "Não há lógica nisso, nenhum governo não se mantém sem sustentação político-parlamentar", disse ontem o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), depois de uma longa reunião com o deputado Ulysses Guimarães (SP).

O raciocínio da direção do PMDB, segundo disse ontem outro líder do partido, é que o presidente José Sarney não teria coragem de promover uma mudança, que implicaria em confronto com o maior partido do Congresso constituinte, antes de conhecer a decisão dos peemedebistas na reunião da Executiva nacional, na próxima quarta-feira.

Ao mesmo tempo, a cúpula do PMDB começou a ficar preocupada com o que considera um novo surto de indecisão do presidente Sarney. "Isto pode levar a um gesto de desespero", disse um líder peemedebista. Este gesto, segundo este líder, poderia ser até a renúncia do presidente em caso de fracasso da atual tentativa de recomposição da base de apoio ao governo.

"O dr. Ulysses está muito preocupado com a situação", disse o líder do PMDB no Congresso constituinte,



Carlos Sant'Anna (esq.) e Euclides Scalco conversam na Sistematização

deputado Euclides Scalco (PR). "Quer fazer uma reforma administrativa agora é uma loucura", confidenciou o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Segundo Euclides Scalco, uma reforma do ministério antes de o PMDB tomar sua posição oficial sobre o novo programa de governo, na reunião da Executiva na quarta-

feira, poderá ser interpretada como uma espécie de provocação. Em sua avaliação, a tentativa do Palácio do Planalto de buscar adesões individuais ao documento que divulga na quarta-feira, procura na verdade, a divisão dos atuais partidos. "O documento joga na destruição dos partidos e não existe democracia sem partidos", afirmou Scalco. O PMDB, porém, não pretende rejeitar inte-

gramente o documento, ao contrário, pretende "aperfeiçoá-lo". O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, disse que "o documento está sujeito a emendas".

Nenhum dos líderes do partido acredita em reforma nos próximos dias. Foi o que disseram Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique, Humberto Lucena e Euclides Scalco. O presidente do partido e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, como sempre, saiu pela tangente, ontem: "Não tenho nenhuma informação a respeito".

Sem precipitação Ulysses está permanentemente em contato com os governadores do partido e com suas lideranças e, de comum acordo com elas, desenvolve sua estratégia de evitar qualquer fato novo, confronto ou mudança no atual equilíbrio de forças, pelo menos até o fim do Congresso constituinte. "O Ulysses não está querendo precipitar um rompimento", disse Fernando Henrique Cardoso.

Mas se houver uma iniciativa drástica do presidente no sentido de mudar o governo e sua base política, a atitude do PMDB será transferir a responsabilidade pela crise política daí decorrente ao próprio presidente Sarney. "Havendo a reforma, se concordarmos com ela, vamos apoiá-la; se não, nós vamos para a oposição e aí será o governo que estará tomando uma atitude de risco", disse Scalco.



Porta-voz Frota Neto

## Pefelistas dizem ser certo o racha total do partido

Os ministros Antônio Carlos Magalhães e João Alves Filho, apoiados diretamente pelo Palácio do Planalto, atropelaram a decisão da Executiva Nacional do PFL e já conseguiram o apoio explícito de mais de cinquenta constituintes pefelistas para o bloco de sustentação do governo. O líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), acredita que de noventa a cem pefelistas vão aderir de imediato ao presidente José Sarney, "rachando" completamente o partido para a convenção de 7 e 8 de novembro.

O ministro Roberto de Abreu Sodré, das Relações Exteriores, disse que o PFL deve aderir imediatamente ao pacto político proposto pelo presidente: "o partido não pode receber um papel presidencial e dizer que dá uma resposta daqui a trinta dias. É incompreensível que homens da responsabilidade dos que dirigem o partido assim procedam".

A Executiva havia determinado que seus parlamentares só se posicionassem depois da Convenção de novembro. Mas o próprio líder José Lourenço dizia ontem, claramente, que só não aderiu ainda porque Raphael de Almeida Magalhães continua ministro. "Esta divisão era previsível", disse o senador Carlos Chiarelli, líder no Senado. O vice-líder Alcení Guerra está pessimista com relação ao futuro do partido: "Nós sabemos que perto de oitenta iriam logo aderir. Sarney implodiu o quadro partidário no meio da Constituinte, o que é perigoso para a institucionalização do país".